

A DEFESA

Orgão do Partido Republicano Liberal

DIRECTOR E EDITOR—**Manoel Alves Correia**

ADMINISTRADOR—**Joaquim Correia Dias**

Redacção e Administração—Rua Antero de Quental, N.º 18

Assignatura

Continente e ilhas adjacentes, semestre... \$75
 « « « ano... 1\$50
 Africa e Brazil « « « 3\$00

PROPRIEDADE DA EMPRESA

Composto e impresso na Tip. «Ovarense», Rua Elias Garcia, N.º 132—Ovar

Anuncios

Primeira publicação, \$10 centavos a linha. Repetições idem. Permanentes, contracto especial. Os srs. assinantes tem 25 p. c. de desconto.

Novo governo

Já temos governo. A hora a que escrevemos é certo. Quando este artigo sair á luz veremos.

E' que apenas ele foi constituído, circularam boatos de crise, falando-se mesmo que uma revolução que o apeasse, ia estalar. Os seus auspícios de vida, pois, não são bons e nada nos surpreenderia que ele já não seja do numero dos vivos quando estas linhas saírem a lume.

Preside-o Antonio Maria da Silva, que entre nós conquistou uma triste celebridade como empenzario de revoluções e... das Portas do Rodam.

A moralidade, pois, que tanto prestigio dá sempre aos governantes, impunha que semelhante nome jámais fosse lembrado para solução de uma crise do gabinete governativo da nação.

Que especie de garantias oferece um tal chefe, um tal presidente? Que confiança inspira? Que benevolã expectativa poderá provocar?

Ha dias dizia «O Mundo» pela boca do sr. Francisco Trancoso, brioso official republicano: «Vive-se num paiz a saque, respira-se podridão e escandalo, vive-se numa atmosfera de indisciplina, de suspeita, de miseria, de baixaza sem nome...»

E o estadista que é chamado a governar a salvar da morte um paiz neste estado adeantadissimo de descalabro, de decomposição foi Antonio Maria da Silva!!...

Ao darem por semelhante absurdo, os homens de sinceras convicções e crentes ainda no futuro da nação, olharam-se com desalento e disseram entre si—é desse homem a quem o seu passado turvo criou a mais apregoada fama de imoral que se espera, nas altas esferas do poder, a regeneração do paiz.

E por seu lado a nação que parece estar entrando nos paroxismos da agonia, como o constata no orgão do partido republicano português o sr. Francisco Trancoso, sentiu uns como que arripios e esta palavra «revolução» saiu-lhe dos labios, logo que se deu por constituído tal ministério.

O que o paiz experimentou, sentimo-lo nós ainda neste momento. Pesa-nos como portugueses e republicanos que as redes da nação fossem parar ás mãos mais que suspeitas de tal presidente. Aterrados a lembrança dos males que nos affligem e infirmam a vida nacional e o vemos que a sua cura, que se nos affigura de immediata urgencia, sob pena de tudo isto se subverter nos abismos que a fome e a indisciplina escancararam aos pés das nações que perderam o norte, foi confiado a uma junta de illustrissimos anónimos chefiada pela capacidade, ha muito falida, de Antonio Maria da Silva. As nossas apreensões são persilhadas por toda a gente de bom senso e o proprio parlamento mostrou, na moção de desconfiança ha pouco, aprovada por quasi metade dos seus membros, que não se sentia tranquilo ao ver Portugal entregue em tais mãos.

Não! Não é desta forma que um paiz se salva, que a moralidade se restabelece, que a disciplina se restaura e se cimenta, que a Republica se consolida e se dignifica. Enquanto o governo do paiz se não confiar a mãos isentas de toda a suspeita e habeis no dirigir dos destinos nacionais a tranquilidade e a confiança deserta de todos os espiritos e tudo se faz negro no horizonte do nosso futuro.

Os ceus da policia tol-

daram-se com o surgimento da ultima crise, mas a sua solução lancou nos ares prenuncios de tempestade.

Doutor Egas Moniz

Acompanhado de sua Ex.^{ma} Esposa, sr.^a D. Elvira Egas Moniz, parte na proxima semana para Karlsbad este nosso illustre amigo e eminente correligionario.

A «Defeza» apresenta a Sua Ex.^{ma} os seus cumprimentos de despedida e boaviagem, fazendo sinceros votos para que colha os melhores resultados do tratamento a que vai submeter-se, de modo a poder com a maior satisfação felicitar Sua Ex.^{ma} pela excelente cura, em fins de Agosto, data em que o talentoso homem publico conta estar na sua casa do Marinheiro, em Avanca.

Melhoramentos

Contou-nos a «Patria» que o sr. dr. Pedro Chaves conseguira que fosse dada ordem para ser feito por administração o lanço da estrada de Pardilhó cuja arrematação tinha ficado deserta.

E mais que conseguira 2 contos para a construção do novo hospital cujas obras vão iniciar-se em breve.

Muito bem. Não regateamos louvores ao sr. dr. Pedro Chaves.

Quando o paiz está a saque, no dizer do sr. Antonio Maria da Silva, a ponto de o deficit ser de 200.000\$00, é justo que d'esse brodio alguma coisa, embora pequena, pertença ao nosso concelho, que muito contribue para o Estado.

E' certo que se não fosse o sr. dr. Chaves, ficaríamos sem a menor parcela de beneficios, na distribuição do bólo.

Quando á construção do hospital novo, com que ninguém concorda, porque temos a Misericórdia que por si só chega para hospitalisar os pobres doentes da vila, quando queira quem na Misericórdia superintende, oxalá não suceda o mesmo que com a escola superio-inferior; oxalá que não convertam o novo hospital num hospicio de directores, medicos, empregados e meninas, tudo largamente estipendiado.

E, apesar de tudo, creia a «Patria», a caravana já não passa—está de vez encravada. As vinganças e as persguições conti-nuas levantaram uma tão forte muralha d'odios que já não ha coisa alguma que levante a caravana do atoleiro em que se chapou.

Nunca se passa através d'um côro de imprecacões. Quando o *simium* da desgraça varre o caminho, que a caravana havia de percorrer, o arabe do deserto perde a ultima esperança.

O sr. dr. Pedro Chaves na «Patria»

Ainda o V artigo. Um dos argumentos que o sr. dr. Pedro Chaves vem repetindo contra as sentenças é que os acordãos, que as confirmaram, não deram como juridicos todos os seus fundamentos, pois em alguns nem se quer focaram.

Este argumento é unico no seu genero. Pois se os acordãos confirmaram as sentenças *in totum*, se essa confirmação teve por base um dos fundamentos das sentenças, não discutindo os outros, isso apenas significa que aquele fundamento era de tal forma decisivo, que os desembargadores entenderam que de mais não precisavam dizer.

Volta o sr. dr. Chaves com a consulta da Gazeta da Tribunação de Lisboa e com a consulta d'um advogado, que acha descabido o argumento de inconstitucionalidade da postura. O que para nós vale a opinião d'esse jornal já dissemos e será ocioso repeti-lo.

A ilegalidade d'essa postura é por tal forma evidente, que, para a validar, o parlamento votou agora uma lei, ainda não em vigor, dando ás camaras municipais a facultade de lancar os impostos a que a nossa postura se refere. Se é preciso uma lei nova, para que as camaras possam deliberar sobre taes assuntos, é porque, antes, taes deliberações eram e são ilegales e nulas.

D'isto é que não ha que sair e se o sr. dr. Pedro Chaves, como senador, votou esse projeto de lei, e mesmo se como vogal da comissão de legislação, lhe introduziu uma disposição para tornar de efeito retroativo esse projeto, é porque entenderam que a Camara municipal d'Ovar votando já, por duas vezes o imposto sobre a materia que esse projeto abrange, por duas vezes cometeu uma ilegalidade, excedendo as suas atribuições; porque nenhuma lei anterior a autorisava a deliberar sobre tal assunto.

E assim por mais que o sr. dr. Pedro Chaves escreva, está sempre em contradicção consigo proprio. Se, como vereador municipal, votou as posturas em conformidade com a lei administrativa anterior, como membro da camara dos senadores não devia votar a proposta de lei, que autorisava as camaras a deliberar sobre o que a lei já permitia que deliberasse; e muito menos devia votar, como membro da comissão de legislação, que a nova lei tivesse efeito retroativo.

Já vê o sr. dr. Chaves que está d'acordo com o douto juiz da comarca. O novo projeto de lei que o sr. dr. Pedro Chaves votou ha pouco nas camaras, vem dar plena razão ao que sempre temos escrito.

No seu artigo publicado no ultimo n.º da «Patria», o sr. dr. Chaves, não traz qualquer novo argumento em favor da sua opinião. Repete o que já disse e a

que respondemos na 1.^a parte d'este artigo, escrito antes de publicado o ultimo n.º da «Patria».

De novo, traz apenas uma censura, tão falha de fundamento, como de extranhar em um jurisculto, quando diz:

«Mas ha na sentença uma afirmação tendenciosa, incorréta, falha de valor juridico e até de senso comum que me cumpre repelir.

«E' a que diz que a exigencia da licença podia impedir o exercicio da sua actividade a quem a Camara a não concedesse!»

Não se percebe a que vem os pontos de admiração, tanto mais que o sr. dr. Pedro Chaves logo adiante justifica o que quer atacar, quando diz:

«As Camaras não fazem o que querem» porque o artigo 194 do Cod. Administrativo diz que os agentes dos corpos administrativos só podem fazer o que as leis lhes permitirem ou imporem. Das suas deliberações, quando ilegales ou injustas, cabe recurso.

Ora abi temos o sr. dr. Pedro Chaves a justificar o considerando da sentença. Tanto a exigencia da licença pode impedir o exercicio da industria, que as camaras podem mesmo ilegalmente negar essa licença. E, emquanto o contribuinte pede a licença e recorre da deliberação ilegal e abusiva, fica impedido de exercer essa industria.

Tinham toda a razão não só o digno juiz d'esta comarca, mas o juiz auditor de Lisboa, o Supremo Tribunal Administrativo quando julgaram o recurso interposto pelos advogados de Lisboa e assentavam o fundamento das suas decisões n'aquelle considerando.

Ora o juiz d'esta comarca tomando para base da sua sentença o que um tribunal superior leve como bom fundamento de igual julgado, nunca podia fazer uma afirmação tendenciosa, incorréta.

Salvo se a camara d'Ovar é um corpo tão augusto, tão elevado, que se lhe applique o *noli me tangere*, das Escrituras.

De resto um juiz não tem a preocupar-se com melindres de quem quer que seja, quando expõe os fundamentos juridicos das suas sentenças.

Deus nos livre de que os juizes das comarcas se estivessem a preocupar, se com as suas decisões melindram as camaras ou quaesquer litigantes. A justiça era impossivel de administrar e as camaras abusariam espantosamente do cargo que desempenham.

Elas, segundo o artigo 194 da Lei de 7 d'agosto de 1913, só podem fazer o que as leis lhes permitirem ou imporem.

Mas isto é para ficar no papel;—elas fazem o que muito

Bem lhes parece, porque gastam por conta do município. Aquele princípio do artigo 194 teria efetividade se os vereadores das camaras, que votam deliberações ilegales e injustas, indemnissassem os ofendidos dos prejuizos causados e fossem condenados nas custas dos pleitos que decahissem.

Assim sim, porque havia mais cuidado no desempenho das suas funções e não assinariam muitas

vezes de cruz.

Como o sr. dr. Pedro Chaves promete apreciar o valor da decisão da Relação sob o ponto de vista juridico, não lhe faltando elementos em decisões já proferidas, esperemos para vêr se aparece algum elemento novo, onde possamos emfim estudar e aprender.

X.

Ovar e a Republica

Voltamos à primeira forma e assim ficamos d'accordo.

«Ovar e a republica», sim: Ovar e os democraticos, como a «Patria» dizia ha dias, não.

A Republica, dando por nos a paz e a liberdade, congregando os esforços de quasi todos os vareiros para o progresso da sua terra, apagando antigos odios, trazendo à atividade muitas energias que andavam afastadas por um egoismo injustificado, deu sem duvida um impulso grande á nossa terra.

Mas o que fizeram os ex-democraticos quando depois quiseram constituir Ovar em feudo seu?

Estragaram toda essa obra que levou oito anos a consolidar.

A escola Superior que devia ser um bom instituto de ensino, foi convertido desde logo n'uma loteria de premios a compadres, e para cumulo poseram-lhe ao lado, a marcar como cunho democratico, o apendice da secção da moralidade arrependida a 75\$00 por cabeça.

Emquanto a Republica tinha o culto da arvore, plantando mesmo nos logares mais expostos ao vandalismo, vieram os democraticos e destruíram as belas arvores da Poça, do largo do Hospital e, para maior significado, ainda obrigaram a Irmandade dos Passos a vender os cyprestes do Calvario.

Os republicanos organizaram a secretaria da camara; e os democraticos meteram lá o seu correligionario Abel Guedes de Pinho, o famoso perseguidor de todos os homens, que tinham por, principal crime, trabalhar honestamente. E enquanto os ex-democraticos na organização da secretaria municipal, condenavam qualquer empregado á pena dos seus vencimentos, quando faltavam sem motivo justificado, o Abel podia faltar á sua vontade dias successivos, sem que lhe fosse deduzida a mais insignificante verba.

E assim por diante.

Recordando

Voltam á «Patria»aquelas guinadas monarchicas que já tinha posto de parte.

E assim, a proposito d'um suolto seu, antigo, diz que então os republicanos, descobrindo o jogo dos monarchicos, immediatamente os mandaram passear, e acrescenta:

«Ora sendo hoje muito mais palpavel, muito mais evidente o bleuff politico dos monarchicos, porque será que alguns republicanos—alguns apenas, felizmente—não os mandam embora ou se afastam deles?»

E' o contrario, chamam-os e como apañam poucos, só algum

Nós não deixamos de respeitar os homens que trabalham pelo bem da nossa terra, longe d'isso. Somos os primeiros a prestar culto ao seu trabalho, ás suas boas intenções. O contrario seria uma injustiça, e justiça fazemos aos nossos adversarios quando são dignos d'ela. Não é a primeira vez que aqui temos posto em relevo os trabalhos de mais d'um adversario nosso.

Se procedessemos de modo diferente, não desempenharíamos o papel que temos em vista—aniquilar o despotismo que quer esmagar todas as boas energias vareiras; a vingança que se erigiu em systema; a perseguição feroz a quem se não verga ás imposições d'um grupo, que, pela força que o poder lhe empresta, quer dominar sobre tudo e sobre todos quer na esfera da politica quer mesmo nas relações particulares.

Nós pugnamos pela liberdade e independencia para cada um poder exercer livremente a sua atividade, sem peias, sem estorvos, sem dependencias humilhantes, tal como a Republica preconizou e aqui se fez durante oito anos.

E o que ahí se está fazendo é precisamente o contrario. O que ahí se está fazendo é colocar o concelho na dependencia d'um bando que o explora por todas as formas e feitiços.

Hão-de arrepende-se os que assim procedem; mas então será muito tarde. Não sabem que o parasita é e será sempre o parasita, que se vae sustentando do corpo enquanto é vivo, mas, depois de morto, abandona-o para sugar outro que tenha vida.

E' contra esta pessima comprehensão de fazer politica que nos temos insurgido: é esta orientação desviada que atacamos.

Mas quando atacamos, é sempre dentro das normas da justiça e da razão—*suum cuique*.

raro, que por necessidade tem de dobrar a cerviz, fazem investidas aos adversarios. Querem exemplos? lá vão dois—Na aldeia havia um monarchico ferrenho que na incursão conceirista muito se esforçou a arranjar carros para transportar mantimentos das tropas. Ameaçado, teve de pedir votos para a primeira eleição democratica. Foi á eleição em favor deles: tinha voto e votou com grande gaudio dos novos partidarios.—Outro: Na aldeia havia um monarchico condenado ás feras: só porque era empregado d'um influente democratico, não foi expulso d'um modesto logar que exercia na secretaria de finanças. Apropinquou-se a ocasião de ser preciso

para serviços particulares e o monarchico, que a necessidade levou ao seio dos democraticos, foi logo recebido aos abraços.

Quem no grupo democratico pensou em mandar embora ou afastar-se d'aquelles dois monarchicos da aldeia?

Isso sim, se em vez de dois fossem todos... os eleitores!... Se fossem, não eram monarchicos, nem talassas.—eram genuínos republicanos... historicos, verdadeiros correligionarios do civico, do conspicuo Abel Guedes de Pinho.

Tal o modo de ver dos nossos adversarios—um grande bleuff politico.

A «Patria» está com certeza a trocar com os seus leitores.

Aquele manlem-os embora, afastem-se deles, é typico. Se não é troca, denuncia um estado morbido muito para considerar.

A MISERICORDIA E A SUA DIREÇÃO

Pede-nos o sr. capitão Manoel Rodrigues Leite para declararmos se o quizeamos atingir com as expressões «parasitas que agora vemos na Misericordia», pois que segundo nos disse pertence á actual direção d'aquella casa.

Ignoravamos que o sr. capitão Leite fizesse parte da direção da Misericordia; mas ainda que o soubessemos, escreviamos da mesma forma, pois sabíamos que é provedor o sr. dr. Zagalo dos Santos, cavalheiro de toda a respeitabilidade, e nem por isso nos passou pela mente que essas expressões também o podessem atingir.

Temos manifestado pelo sr. Leite, em outros escritos, a mais subida consideração, pondo-o em destaque pela inteireza do seu carácter—salientando-o do meio em que vive, da profunda desmoralisação que o rodeia.

Mas pelo facto de formarmos do sr. Leite esta opinião, e da Misericordia ter como seus directores o sr. Leite e o sr. dr. Zagalo nem por isso a Misericordia está fóra da nossa critica, nem deixaremos de apreciar os actos que lá se pratiquem, embora não sejam da responsabilidade da direção, ou porque esta os não conheça, ou porque não tenha força de contra eles reagir, por já virem de traz.

Sucede a maior parte das vezes que á sombra de direcções honestas, de homens de probidade reconhecida, os parasitas se acoitam e vão exercendo a sua ação corrosiva. Isto está ahí a dar-se todos os dias.

Homens honrados, sem o suspitar sequer, cobrem com o seu nome as mais estupidas depredações, as veniças mais escandalosas, os mais torpes favoritismos. Que importa que uma ou outra vez oponham o seu veto á desigualdades criminosas? Os corruptos encontrarão meio de sofismar as deliberações tomadas e o regime estatuido.

E agora que sabemos que o sr. Leite é director d'aquella casa, devemos notar-lhe que a Misericordia não corresponde ao fim que o seu fundador teve em vista, e povo da nossa terra esperava. Emquanto aos doentes pobres se não dá recolhimento ou por falta de receita ou por qualquer outro funda-

mento, que não conhecemos, recebem-se pessoas abonadas para se lhes fazer operações caras, alberga-se ali gente, como até ha poucos dias succedeu, fazendo da Misericordia um hotel.

Dir-se-ha que com estes factos se consegue receita para fazer face ás despesas agravadas com o alto preço das subsistencias e dos medicamentos.

Mas assim não é praticar a caridade para com os pobres, é exercer uma industria mais ou menos lucrativa embora com rendimento para o cofre da casa. Ora a Misericordia não se fundou para exercer negocio ou industria.

Se a Misericordia não tem receita bastante, deve em primeiro logar recorrer á subscrição publica, e se esta não responder ao apelo da sua direção, tem a Camara municipal que pode e deve subsidiar esse admiravel instituto quando menos com o lucro do seu celeiro. Mais, está o sr. Leite na comissão de subsistencias, onde poderosamente pode auxiliar e em muito, a Misericordia, prestando ao mesmo tempo um serviço ao publico, e é quando a comissão de subsistencias adquirir por troca de generos existentes no concelho, outros de fóra, como azeite, farinha e quejandos, deve entregar a sua venda ao celeiro municipal para ali serem vendidos ao publico, carregados com uma sobre-taxa, que reverterá em favor da Misericordia. Sendo para esse fim a sobre-taxa do preço, ninguém se queixará.

Uma outra entidade, com bem menor interferencia n'esse assunto, vae exercendo, mercê do seu bom criterio e nobre izenção, a sua ação benéfica em auxilio da nossa casa de beneficencia.

Porque não ha-de a comissão de subsistencias dirigir os seus esforços no mesmo sentido?

Procedendo-se assim, não precisa a Misericordia dos doentes ricos nem dos hospedes remediados—fica restrita ao seu simpático papel de beneficencia pura. E foi este o papel que o seu bom fundador lhe destinou.

Interessante

E' interessante a attitude dos ex-democraticos cá da terra.

Teem estado no poder, dispondo de tudo: ainda estão.

E já se incomodam desesperadamente com a attitude das oposições em Lisboa. Gritam contra elas porque manifestaram desconfiança ao ministerio, á sombra do qual vivem aqui.

O que os apoquentá é o receio da queda do ministerio, e por isso de verem periclitár o seu poderio.

Se passam para a opposição... Se passam para a opposição toda a gente sabe o que succede.

Soma, mas não segue

Sob o titulo *soma e segue* publica a «Patria» que o sr. dr. Pedro Chaves conseguiu a verba necessaria para a construção do muro de suporte da parada do quartel que deita para a Fonte Monumento.

E' uma verba do Estado que se gasta em Ovar. Mui-

to bem andou o sr. dr. Pedro Chaves em a conseguir o pedido dos seus amigos do quartel. Indirectamente aproveita ao concelho, porque qualquer melhoramento por mais circunscrito que seja o seu interesse, aproveita sempre ao publico.

Ainda muito mais agradeceríamos ao sr. dr. Pedro Chaves se sua ex.^a nos livrasse do encargo que peza sobre a Camara para o qual só o Estado é obrigado a concorrer—o da escola a que ás vezes chamam Superior.

Já pedimos á «Patria»que nos dissesse quanto tem custado ao município essa coisa. Ora o município não tem obrigação alguma de a sustentar, e o município por causa dela e doutras vê-se sobrecarregado de impostos legaes e ilegales, de toda a qualidade e feiço.

Melhor do que o muro da fonte Monumento ou monumental, seria livrar-nos d'esse onus—o governo que pague os encargos d'essa coisa, embora nos não dê a verba para a tal parede. Sempre lucravamos muito mais; porque assim a Camara havia de poupar um pouco mais os municipes.

E' por isso que nós entendemos que apesar de somar verbas conseguidas pelo esforço do sr. dr. Pedro Chaves, o caso é que aquilo que se quer fazer seguir não segue.

Soma e... não segue.

Prisão

Foi preso pela autoridade militar sob a accusação de viciação em documentos necessarios para a emigração no tempo da guerra, o ex-sargento das reservas Abel Guedes de Pinho, regedor da freguezia d'Ovar, amanuense da camara e um dos mais importantes influentes do partido democratico do concelho, que desempenhou papel de destaque na prisão e como testemunha d'accusação dos nossos conterraneos presos sob o pretexto de terem auxiliado a aventura couceirista quando as tropas revoltosas entraram em Ovar

OS PASSOS DE OVAR

Introdução

Muitas teem sido as crises de prosperidade que esta irmandade tem atravessado e vencido.

Antes de ela atingir toda a grandesa e esplendor que lhe vieram depois de 1746, essas altas e baixas de fervor, essas desigualdades de fortuna em que a revêzes a administração se carregava de suspeitas e o culto perdia muito do seu costumado brilho e calor, eram muito menos notadas e sensíveis. A modestia da instituição e das figuras que constituíam as gerencias, traziam-na mais fóra das atenções, menos exposta aos juizos do publico. Não assim depois que a magnificencia dos seus templos e alfaias e a distincção dos nomes que formavam as mesas, chamaram sobre si a vista e a atenção deslumbradas de toda a gente.

Como luz que se erguera bem alto, desde então ficou patente e em mira toda a sua próspera ou decadente vida e a dar, nos olhos mais a má que a boa e recta administração. Desde então, por isso, mais facilmente se tornou preciso os periodos em que arrastou existencia precaria e penosa e aqueles em que dispoz de mais desafa-

go e mais se impoz á simpatia de vota e generosa dos fies.

O amor que nesta vila se votou a esta confraria foi grande em todos os tempos da sua existencia, mas é de crer que sómente depois de 1646 a inscriçao como irmão fosse procurada com verdadeiro ardor. O Papa enriquecera-a nesta data com um breve que distribuia as maiores recompensas espirituas ás mais insignificantes obras meritorias dos confrades. Existem bem descriptas essas graças e indulgencias cuja resenha daremos adiante e que constituam para aquele tempo de fé raiando pela superstição um inestimavel tesouro. Mas esse fervor e entusiasmo, que tão valiosas dedicações devia trazer-lhe, mais e mais aticado pelo brilho que ao seu culto trouxera a edificacão das suas capelas, começaram a declinar e a arrefecer af por 1770. Assim já desde 1771 deixaram de realizar-se sufragios pelos irmãos falecidos e começaram a susceitar-se questões que dificultavam a constituição das mesas.

Essas contendas agravaram-se a ponto de ser necessária a interferencia do prelado da diocese em 1791 e as obras espirituas preceituadas pelos estatutos continuaram abandonadas até 1826. Estes sintomas de decadencia reveladores de falta de confiança e zelo preindicaram muito a instituição. Em

1780 o tesouro da Irmandade corria muito á revelia, vendo-se a Mesa de então na necessidade de refazer o inventario e lançar um pouco de ordem na confusão que se viera estabelecendo. Em 1802 nova reacção foi tentada sem resultado, mas que preparou a operada em 1825. Fez-se um balanço ás faltas das passadas gerencias e verificou-se que o não cumprimento dos encargos pios vinha já desde 15 de outubro de 1771.

Em 1826 então é que tudo se pôe em dia, dando-se uma justa reparação a esses cerca de 3458 irmãos falecidos sem sufragios e ao publico exemplos de honestidade e zelo administrativo até aí não presenciados. Iniciava-se a gerencia de Frei Antonio de S. Jeronimo Ferreira! Restabelece-se a, ha muito, desaparecida harmonia entre os confrades e confrarias, recupera-se a perdida confiança publica, os templos mal cuidados e desleixados asseiam-se e conservam-se e solicitam-se de Roma novas graças em beneficio dos irmãos. Em 8 de abril de 1842 um breve pontificio privilegia o altar-mór de Calvário, outro o do Passo da igreja.

A devoção para com os mysterios da paixão reacende-se e revivesce, fortifica-se e dá af os seus frutos ubérrimos em manifestações de fé e munificente piedade.

Mas Frei Antonio morre carregado de anos e virtudes em 12 de setembro de 1847 e o esplendor da

Irmandade animado pelo seu forte impulso vem-se mantendo ainda até á gerencia do P.^o João de Oliveira Descalço. Porém a partir de 1870 num mal terrivel atinge o organismo da confraria.

A politica toma-a á sua conta, a vareira politica fúcioza desse tempo. Ficou ela sendo então o árbitro dos seus destinos, fazendo e desfazendo mesas a seu talante, dificultando e atribulando-lhe a existencia. As assembleias eleitoraes em 5.^a feira da Ascençao tornaram-se renhidas, as mesas foram julgadas auxiliares da vida partidaria e eram disputadas com ardor. Cavaram-se cisões, constituiram-se partidos na irmandade que ficou dando alvo, para os tiros das autoridades administrativas, nas gerencias que não tivessem a sua politica, o espirito de fé e religião debandou, a devoção entibiu-se e arrefeceu. Os próprios recursos materiaes da confraria começaram a sumir-se por cauzas misteriosas, não lhes valendo uma ou outra corporação administrativa honesta que no dobar dos anos acontecia surgir na resaca da politica.

E assim depauperada de energias vitaes, desamparada de dedicações sinceras e desinteressadas esteve prestes a afundar-se quando algumas mesas zelosas lhe acudiram, destacando-se muito a de 1901 a 1907.

Readquiriu então novos alentos que muito lhe valeram e a ajudaram a vencer a crise que a todas as corporações de culto veio abrir a lei de 20 de abril de 1911, chamada *Lei de Separação das Igrejas do Estado*.

Actualmente essas energias tendem a desaparecer; e assim não sei o que virá a ser dentro em pouco dessa importantissima obra, se mão forte e amiga a não vem amparar e deter na sua bem marcada decadencia, acelerada ultimamente pela grande falta de recursos.

M. Lirio.

Blusas e marmitas

Da America do Norte, do paiz dos dollars, veem-nos a cada passo noticias sensacionais e edificantes.

Lá, como em toda a parte do mupdo, a carestia da vida fez-se sentir pesadamente, depois de terminada a guerra. Os generos de primeira necessidade e os artigos de vestuario atingiram preços fabulosos, mercê da ganancia dos especuladores sem escrúpulos. O povo americano, porém, ao vér que a exploração era demasiada reagiu e assim em New-York, organisou-se ha pouco um movimento pratico e directo contra o encarecimento da vida.

Não julguem os nossos leitores, que esse povo ideal se serviu de artigos de jornaes, de comícios ou de assaltos aos estabelecimentos commerciaes. Nada disso. Foi certo um movimento d'acção, mas caracterisadamente pacifico. Sob uma orientação segura, fundaram-se Clubs de diversa especialidade, onde se inscreveram todos aqueles que achavam intoleraveis os preços de certas mercadorias, quer fossem artigos de vestuario, quer fossem generos alimenticios.

D'esses Clubs os mais importantes foram sem duvida o dos *Overalls*, cujos membros adotaram como uniforme uma peça de vestuario, especie de blusa operaria em zuarre azul, e os *Dunner-pair* (da marmita) fundado para se combater a ganancia dos horteleiros e pro-

prietarios de restaurantes.

A blusa de zuarre começou a ser usada immediatamente por milhares de americanos, entre eles medicos, advogados, engenheiros, negociantes, funcionarios publicos, lentes das escolas superiores e até altos magistrados!

Os socios dos *Dunner-pair*, assumiram o compromisso solene de levarem o almoco de casa para os seus escritorios, usando bem á vista a marmita, que n'essas condições desempenha simultaneamente o papel de vasilha e de arma de propaganda. O mais interessante é que o efeito d'esta reacção foi salutar.

Em New-York e bem assim nas outras grandes cidades, tem-se verificado sensiveis baixas de preços nas roupas, no calçado, nos comestiveis e em outros artigos de consumo diário!!!

Um telegrama publicado recentemente nos jornaes diz que o movimento se estende já a toda a America do Norte e se propaga a outros paizes...

Chegará até nós? Talvez. Temos razao de sobejo para seguirmos o exemplo dos *yaukees*. Quando nos lembramos que um fito de fuzenda réles custa 70 e 80 escudos, um sobretudo 140, um par de botas 35 e um chapéu manhoso 15 e 18 escudos, que um jantar n'um restaurante porcico e imundo custa 5 e 6 escudos, chegamo-nos a convencer que toda a gente de senso, trabalhará para se congregar, para se reunir no sentido d'uma pronta e eficaz reacção.

Mas, triste é affirmar-lo, nós não somos americanos. Essencialmente indolentes, esfremos com resignação stoica, todas as explorações infames que se exerçam implacavelmente sobre nós. Além disso temos os nossos preconceitos, somos egoistas, e sentimos tambem horror ao ridiculo...

Que diriamos se amanhã vissemos um juiz entrar para o tribunal com a marmita na mão ou um medico dirigir-se a casa d'um doente de blusa de zuarre?

Não faltariam comentarios desagradaveis, risotas, bôças abertas d'espanto... Sendo assim, não temos outro remedio senão aguentarmos com a subida vertiginosa dos preços dos generos, com a tabela ascensional dos alfaiates, com a conta *calada* dos donos de restaurantes e hotéis e com a avidéz e ganancia de todos aqueles, que de dia para dia nos roubam e exploram miseravelmente.

Emfim, nos tempos calamitosos que vão correndo, praza a Deus que seja esse o menor dos males... *minima de malis* como diziam os latinos.



Mundana

Fizeram anos:

Ante-ontem, o nosso illustre correligionario e distincto colaborador de «A Defeza» sr. Antonio Valente de Almeida; a sr.^a D. Maria Eduarda Ferraz de Liz, esposa do sr. Antonio Augusto Freire de Liz; o sr. Manoel Maria

Dias Quinta e o sr. Alvaro da Costa Raimundo.

Hontem, o sr. Carlos de Oliveira Batatel.

Fazem:

No dia 14, o sr. Alexandre Paes, e o menino Alberto Manoel Arala Chaves, filho do sr. dr. Pedro Chaves.

No dia 16, o sr. Manoel da Silva Paes Junior.

A todos, sinceras felicitações.

Noticiario

Capitão Belmiro

Acaba de ser nomeado tesoureiro da agencia do Banco Ultramarino n'esta vila, o nosso conterraneo sr. Belmiro Ernesto Duarte Silva, de cujo cargo já tomou posse.

Felicitamol-o.

Exame

No seminario do Porto, acaba de obter aprovação no seu exame do 3.^o ano de preparatorios (Portuguez, Francez, Latim, Matematica, Sciencias, Historia e Geografia) o seminarista Francisco dos Santos Lopes Vinga, filho do nosso conterraneo sr. Manoel dos Santos Maia.

Parabens.

Falecimento

Faleceu na 2.^a feira na sua casa da Ponte Reada, desta vila, a sogra do sr. Alferes Pinho, pelo que lhe endereçamos o nosso cartão de pesames.

Estado

Com licença pela Junta de Saude das Colonias, encontra-se entre nós o nosso conterraneo e amigo sr. Antonio Augusto Veiga, digno 2.^o sargento-enfermeiro, encarregado da ambulancia do Estado de Manjaceze (Lourenço Marques). Cumprimentos.

Festividade

Hoje, em a nossa igreja já parochial, realiza-se com pompa e brilho a festividade da Virgem do Carmo. De manhã, missa solene e sermão, e de tarde, vespersas, sermão e procissão.

Anuncios

Cooperativa Ovarense

São convidados os socios desta Cooperativa para uma assembleia geral no dia 18 do corrente, pelas 13 horas, afim de se tomar conhecimento do estado da sociedade, para se votar a dissolução da mesma ou para no caso negativo, se proceder á eleição dos corpos gerentes para o resto do ano corrente. Caso não compareça numero suficiente de socios a assembleia fica transferida para o dia 1 de agosto proximo á mesma hora.

Ovar, 4 de julho de 1920.

O Presidente da Assembleia Geral da ultima gerencia,

Pedro Chaves.

PARNASO VAREIRO

O ESPIRRO

(Monólogo)

Entra em scena espirrando

Ora aí está!... Foi mesmo agora. Mal que a porta tinha entrado vem uma corrente de ar que me deixa neste estado! (espirra muito)

E'... isto!... Por mais que faça não lhes consigo pôr fim a esta peste de espirros que me consomem... Atchim!

E eu vinha a esta festa qualquer coisa recitar!... Afinal vou desistir, (espirra) pois estou só a espirrar. (rar.)

(Espirra muito)

Bôa descarga!... Caramba!... Ah!... (limpando o nariz ao lenço) Mas deu bom resultado, que depois desta função estou mais aliviado. (assoa-se)

Estou mesmo. (limpa o nariz) De futuro se cá voltar, pedirei que me fechem essa porta aonde me constipei. (espirra)

E' mal que vai a passar. (Espirra) Restos. E por mui contente me devo dar desta feita se ficar por aqui sómente.

Porque duma outra vez em que tive uma investida de incómodo semelhante, disse mal da minha vida.

Foi ao descer do comboio aqui na estação de Ovar. Mal abri a portinhola comecei logo a espirrar.

Fizeram-me até um cerco os carregadores da estação atraídos pela musica de tamanha espirração.

Minha tia que ali viera, corre a dar-me o seu abraço. Abraço-a e sem... que... rer... (atchim!) espirro-lhe no caço! (chaço!)

Sáimos, e pela rua eu bem queria, mas... Pois sim! A cada passo que dava era só: atchim! atchim!...

Os senhores façam ideia da nossa arrelia!... Irra!... Éia a ralar-me, a ralar-me!... e eu: espirra que espirra!...

Chegados perto de casa vem minha prima á janela: Os meus cumprimentos foram... sabem quê? (atchim!!!) Uma espirradela!...

Entramos e aquele dia nenhuma coisa mais fiz que dar largas ao espirro e assoar o nariz.

Vi-me doído, doído, doído! Mas ao outro dia então é que me fez diabruras a minha constipação.

Fui ao Colégio e o meu mestre á lição me chama, e eu zás! levanto-me a espirrar para a frente (gesto) e para traz (gesto)

Vamos, menino! Socegue e diga a sua lição. Mas mal eu abria a boca espirrava até mais não.

Julgando que era proposito, —Sente-se!... berra zangado. E vai, zás! á caderneta e põe-me um zero chapado!

Ao ver tamanha desgraça senti cá (mão no peito) tanta aflicção que pareceu dobrar o efeito da minha constipação.

Tive mesmo uns arripios e tanto tremi e espirrei me já não podendo mais... até nas calças... sujei. (Retira espirrando)

M. Lirio.

AVIZ

Companhia Resseguradora Portuguesa

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

CAPITAL --- 1.000.000\$00 ESCUDOS

Autorizada pelo governo em portaria de 20 de Junho de 1918 e á exploração de seguros directos por portaria N.º 1766 de 5 de Maio de 1919

Séde Social—Rua do Carmo, 69—2.º

LISBOA

Delegação—Rua Mousinho da Silveira, 129

PORTO

Endereço telegrafico VIZA-LISBOA

Telefones: Expediente 3919—Administração 5001

Endereço telegrafico PORTIVIZA

Telefone—776

DELEGAÇÃO EM HESPANHA—Calle de Alcalá, 40—DELEGAÇÃO NO FUNCHAL, José Torquato de Freitas—DELEGAÇÃO DE VILA REAL, Americo Gomes da Costa—EM COIMBRA, Avenida Sá da Bandeira, 50—1.º

SEGUROS E RESEGUROS CONTRA OS RISCOS:—Fogo casual e proveniente de guerra, de transportes terrestres e marítimos, agrícolas, postaes, roubo, contra quebra de cristaes, automoveis, gado, etc., etc.

Agencias no Paiz e Ilhas

O Conselho de Administração

Alberto Correia, Antonio Barbosa, Antonio Cardoso de Sousa, José da Costa Pereira, José Dias da Silva

QUIOSQUE—TABACARIA

Praça da Republica

— OVAR —

ANGELO GONZALEZ

Sempre á venda charutos da Bahia, tabacos refrigerantes sameiro, rebuçados, tintas de escre-nacionais e estrangeiros. Papel para cartas, idem de ver e copiar, fumadeiras, pomadas preta e de cor 25 a 35 linhas, lapis, lapiseiras, canetas, bicos de para calçado, bolsas de borracha para tabaco e mui-escrerver, papel de fumar, livros, loterias, cervejas, tos outros artigos.

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

OVAR

Depositos á ordem, com o juro de 2 1/2 % e 3 1/2 %.

Depositos a prazo, com o juro de 3 1/2 %, 4 % e 4 1/2 %, respectivamente a tres, seis mezes e ad ano.

Saques sobre todas as localidades, aos melhores premios.

Descontos sobre a praça a 6 % ad ano.

Emprestimos caucionados, cambios, coupons e papeis de credito.

Mindelo

COMPANHIA DE SEGUROS

Sociedade anonima responsabilidade Limitada

Capital Esc. 600.000\$00

Efetua seguros contra incendios, marítimos, terrestres, de vida, roubo, cearas, accidentes de trabalho, etc., etc.

SEDE EM LISBOA—Rua Nova do Almada, 80.

DELEGAÇÃO NO PORTO—Rua Sá da Bandeira, 222-1.º

AGENTE EM OVAR:

Manoel d'Oliveira Paulino

RUA DR. JOSÉ FALCÃO, 22 a 26



Atlántica



Companhia de Seguros

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Capital social (Escudos) 500.000\$00

Capital realizado (Escudos) 150.000\$000

Fundo de reserva (Escudos) 150.000\$00

Sede: Lolos, 92---PORTO

Receita de 1914 (Esc.)...	36.988\$03,5	Sinistros pagos em 1914—	22.601\$41
» de 1915 » ...	71.197\$29,5	» » em 1915—	25.903\$15
» de 1916 » ...	537.397\$94,3	» » em 1916—	153.470\$90
» de 1917 » ...	3.139.404\$23	» » em 1917—	1.427.035\$74

Afóra os que se teem pago até esta data

Agencias em França, Inglaterra, Noruega, Suecia, Dinamarca, Hespanha e Egito. Seguros contra fogo. Seguros contra fogo e roubo. Seguros contra greves e tumultos. Seguros agrícolas. Seguros contra quebra de cristaes. Seguros de guerra. Seguros marítimos e postais. Seguros contra inundações e enxurradas.

Conselho de Administração:

Manoel Joaquim de Oliveira

Dr. José Maria Soares Vieira

Silvino Pinheiro de Magalhães

Dr. Leopoldo Correia Mourao

Jaime de Sousa

Directores

delegados

ge ntes em todas as terras do paiz

Comissarios de avarias em

todos os portes do mundo